

Arauco Sucuriu – Brazil
Plano de Ação Ambiental e Social (PAAS ou ESAP)

| No | Aspecto | Medida | Data de Cumprimento |
|----|---|---|--|
| 1. | Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) | <p>A Arauco irá:</p> <p>(i) Desenvolver e implementar um SGAS integrado, baseado em riscos e proporcional aos riscos e impactos socioambientais do projeto, alinhado aos requisitos dos Padrões de Desempenho (PDs) da IFC, às Diretrizes Gerais sobre Saúde, Segurança e Meio Ambiente (EHS) do Grupo Banco Mundial (GBM) (2007), às Diretrizes EHS para Fábricas de Celulose e Papel (2007) e às Diretrizes EHS para Operações de Colheita Florestal (2007). O SGAS incluirá política, identificação de riscos e impactos, programas de gestão com perspectiva de gênero, engajamento de partes interessadas, preparação para emergências, indicadores com dados desagregados por sexo e mecanismos de monitoramento e revisão. Um documento formal do SGAS para as fases de construção e operação fornecerá evidências de implementação, detalhando procedimentos, responsabilidades e conexões entre todos os componentes do projeto.</p> <p>(ii) Como parte do SGAS, expandir o sistema para cobrir a construção da linha de transmissão (LT) e do Ramal Ferroviário. Além disso, à medida que a fábrica de celulose entrar em fase operacional, a Arauco desenvolverá e implementará um programa de saúde, segurança e meio ambiente (SSMA) operacional conforme a legislação nacional, o EIA-Rima, o SGAS corporativo e as Diretrizes EHS do GBM. Esse programa estará alinhado ao marco corporativo de SSMA da empresa atualmente aplicado às operações florestais e incluirá, entre outros: (a) identificação de perigos e avaliações de risco, incluindo riscos relacionados ao transporte diário de trabalhadores entre os alojamentos e os frentes de trabalho; (b) procedimentos para operações rotineiras e não rotineiras; (c) preparação e resposta a emergências; (d) programas de capacitação para funcionários e contratados; (e) mecanismos de monitoramento e melhoria contínua; e (f) monitoramento e gestão de emissões atmosféricas, resíduos, efluentes e materiais perigosos.</p> <p>(iii) Desenvolver e implementar um programa de segurança florestal conforme os requisitos dos PDs, Diretrizes EHS Gerais (2007) e Diretrizes EHS para Operações de Colheita Florestal (2007), que inclua: (a) identificação e avaliação de riscos potenciais (como riscos físicos, ruído, vibração, incêndio e exposição a produtos químicos) para trabalhadores e comunidades afetadas, inclusive riscos à vida; e (b) treinamentos direcionados para as equipes de colheita e motoristas de transporte de madeira, visando garantir práticas operacionais seguras.</p> | <p>(i) 3 meses antes do início das operações da fábrica.</p> <p>(ii) 90 dias antes do início das operações da fábrica ou, no máximo, até 30 de outubro de 2027.</p> <p>(iii) 9 meses antes do início das operações da fábrica.</p> |
| 2. | Avaliação Suplementar de Risco Ambiental e Social | Concluir a Avaliação de Risco Ambiental e Social das plantações, alinhada aos requisitos do PD1, como parte do SGAS desenvolvido no item #1. | Em até 3 meses após a assinatura do contrato |
| 3. | Avaliação de Riscos de Violência Baseada em Gênero (VBG) e Proteção da Criança, e Plano de Ação | Conduzir uma avaliação de risco de VBG acompanhada de um plano de ação com orçamento para VBG e proteção da criança, que identifique riscos-chave e proponha medidas de mitigação em todas as fases do projeto. O plano deve prevenir a VBG, melhorar os serviços de resposta e os mecanismos de encaminhamento, engajar partes interessadas e promover conscientização por meio de campanhas direcionadas e programas de prevenção voltados à juventude. Um sistema de monitoramento e avaliação garantirá a responsabilização ao longo da vida do projeto. | 3 meses antes do início das operações da fábrica |
| 4. | Programas de Gestão | <p>A Arauco irá:</p> <p>(i) Reforçar os Planos de Gestão Ambiental da fase de construção (EMPs), desenvolvendo e implementando programas sociais conforme os requisitos dos PDs, incluindo, mas não se limitando a, plano de gestão do fluxo populacional, mecanismos de supervisão Ambiental e Social (A&S) de contratadas, planos de gestão social, plano de ação para VBG e proteção da criança, e plano de engajamento de partes interessadas.</p> <p>(ii) Desenvolver e implementar programas de gestão e monitoramento A&S específicos para as operações florestais, abordando riscos sociais e de gênero específicos.</p> <p>(iii) Desenvolver e implementar programas específicos de gestão e monitoramento A&S para a construção e operação do terminal portuário.</p> | <p>(i) 6 meses após a assinatura do contrato: 3 de fevereiro de 2026</p> <p>(ii) 9 meses antes do início das operações da fábrica</p> <p>(iii) 90 dias antes do início da operação da fábrica ou até 20 de outubro de 2027</p> |

| No | Aspecto | Medida | Data de Cumprimento |
|-----|--|--|---|
| | | (iv) Incorporar as recomendações da Avaliação de Impactos Cumulativos ("CIA") atualizada aos planos de gestão E&S. | (iv) 6 meses após a assinatura do contrato: 3 de fevereiro de 2026 |
| 5. | Capacidade Organizacional | Como parte da estrutura organizacional de meio ambiente, saúde e segurança (MASS), a Arauco irá reforçar a capacidade organizacional da equipe social, definindo uma equipe com recursos adequados e competências apropriadas, incluindo uma revisão de papéis e responsabilidades para estabelecer uma supervisão integrada das operações de construção e florestais — incluindo riscos relacionados à VBG — e implementar medidas de mitigação adequadas, conforme necessário. | Condição para assinatura do contrato – 3 de agosto de 2025 |
| 6. | Código de Conduta e Gestão de Contratadas | A Arauco irá: (i) Desenvolver um Código de Conduta do Projeto que inclua explicitamente contratadas e terceiros, fortalecendo os compromissos com a não discriminação e a prevenção de violência, exploração e assédio sexual (SEAH). (ii) Reforçar os programas de gestão de contratadas e de capacitação, incluindo módulos obrigatórios sobre o Código de Conduta, com foco na prevenção de SEAH contra mulheres e crianças em comunidades urbanas e rurais. Essas ações serão reforçadas por campanhas periódicas de conscientização promovendo uma cultura de tolerância zero a todas as formas de má conduta ou violência, voltadas a funcionários, contratadas e subcontratadas. | (i) Condição para assinatura do contrato – 3 de agosto de 2025 (ii) 6 meses após a assinatura do contrato – 3 de fevereiro de 2026 |
| 7. | Plano de Gestão de Alojamentos | A Arauco irá: (i) Desenvolver e implementar um Plano de Gestão de Alojamentos alinhado aos PDs 2 e 4 e às Diretrizes da IFC/BERD sobre alojamentos de trabalhadores (2009), incluindo a definição de estruturas adequadas compatíveis com a expansão da força de trabalho e com arranjos específicos para mulheres. O objetivo é garantir que todos os alojamentos — tanto aqueles geridos diretamente como por terceiros — atendam aos padrões de infraestrutura, serviços, manutenção, documentação e bem-estar dos trabalhadores durante as fases de construção e operação. Como parte do WAMP, a Arauco irá desenvolver procedimentos de segurança contra incêndios, com sistemas passivos e ativos alinhados às normas nacionais de construção e segurança contra incêndio, incluindo requisitos técnicos para monitoramento, alarmes, rotas de evacuação e treinamentos. (ii) Conduzir uma auditoria dos alojamentos dos trabalhadores da construção em relação à legislação nacional e às diretrizes da IFC/BERD, e, conforme necessário, desenvolver e implementar um plano de ação corretiva para resolver eventuais lacunas. | (i) Condição para assinatura do contrato – 3 de agosto de 2025 (ii) 6 meses após a assinatura do contrato |
| 8. | Não Discriminação e Igualdade de Oportunidades | A Arauco implementará um Plano de Igualdade de Oportunidades, alinhado à sua Política de Diversidade e Inclusão, com foco no aumento da participação de mulheres e jovens locais por meio de ações afirmativas, incentivos a contratadas e metas de compras inclusivas. O plano também abordará os riscos relacionados a aprendizes com menos de 18 anos, garantindo conformidade com a legislação nacional. | 3 meses antes do início das operações da fábrica |
| 9. | Mecanismo de Reclamações para Trabalhadores | A Arauco irá reforçar seu mecanismo de queixas para trabalhadores, alinhado ao PD2 da IFC, introduzindo canais não digitais (como caixas de reclamações), contatos diretos em nível de projeto, cláusulas de não retaliação e um sistema robusto de resposta a SEAH com equipe treinada, procedimentos centrados na vítima, apoio psicossocial e participação mínima de mulheres nos comitês de investigação e decisão. O monitoramento será aprimorado por meio de categorias estruturadas, dados desagregados por sexo e avaliações periódicas. O mecanismo adotará procedimentos claros para registro, escalonamento, resolução de queixas e identificação de questões sistêmicas, com gestão segura dos dados. Os canais de comunicação serão amplamente divulgados nos alojamentos e frentes de trabalho de todos os componentes do projeto. | 3 meses após a assinatura do contrato – 3 de novembro de 2025 |
| 10. | Auditorias Trabalhistas | A Arauco irá: (i) Designar um consultor independente para conduzir uma auditoria das condições de trabalho e dos termos de emprego em todos os componentes do projeto, em conformidade com os requisitos do PD2. Isso incluirá as atividades de construção do projeto e as operações florestais. (ii) Conduzir uma auditoria trabalhista para avaliar as condições de trabalho e os termos de emprego dos trabalhadores contratados por terceiros, conforme os requisitos dos Padrões de Desempenho 1 e 2. | (i) 6 meses após a assinatura do contrato: 3 de fevereiro de 2026 (ii) 6 meses após a assinatura do contrato: 3 de fevereiro de 2026 |

| No | Aspecto | Medida | Data de Cumprimento |
|-----|--|---|---|
| | | (iii) Revisar as práticas de monitoramento trabalhista do prestador de serviços externo, incluindo a forma como as não conformidades são reportadas e tratadas. | (iii) 6 meses após a assinatura do contrato: 3 de fevereiro de 2026 |
| 11. | Plano de Desmobilização | A Arauco irá preparar um plano de desmobilização incluindo: (i) um mecanismo de monitoramento para garantir o pagamento das verbas rescisórias aos trabalhadores desmobilizados; (ii) medidas de apoio aos trabalhadores desmobilizados (por exemplo, auxílio com elaboração de currículo, informações sobre oportunidades de emprego, documentação da experiência/trabalho no Projeto); (iii) comunicação do cronograma de desmobilização aos trabalhadores, autoridades locais e empresas locais; (iv) programas proativos para assegurar o retorno de trabalhadores não locais às suas cidades de origem; e (v) monitoramento de passivos deixados pelos trabalhadores nas comunidades hospedeiras, como dívidas ou danos não compensados. | 6 meses após o desembolso – 3 de fevereiro de 2026 |
| 12. | Plano de Gestão do Afluxo Populacional | A Arauco realizará uma Avaliação de Risco de Afluxo Populacional e uma Análise de Situação para desenvolver e implementar um Plano de Gestão do Afluxo de Mão de Obra. Este plano incluirá a avaliação dos impactos do afluxo de trabalhadores sobre os serviços locais (saúde, habitação, assistência social, segurança pública), identificação de lacunas de capacidade e implementação de medidas de mitigação de curto prazo, como, entre outras: contratação de pessoal temporário, disponibilização de alojamentos adicionais, estabelecimento de parcerias e realização de treinamentos. O plano analisará as dinâmicas migratórias, riscos ambientais, sociais e de gênero, avaliará a capacidade institucional e mapeará os principais atores para respostas coordenadas. Serão definidas medidas estratégicas para a gestão do afluxo de trabalhadores em alinhamento com o cronograma do Projeto. As conclusões serão consolidadas em um plano abrangente, com medidas de mitigação, definição de papéis, prazos, orçamento, estrutura de monitoramento e indicadores-chave de desempenho (KPIs). | 6 meses após a assinatura do contrato – 3 de fevereiro de 2026 |
| 13. | Gestão de Tráfego Rodoviário | A Arauco irá desenvolver e implementar uma Avaliação de Riscos à Segurança Viária e um Plano de Gestão de Tráfego, em conformidade com as Diretrizes Gerais sobre EHS do GBM (Seção 3.4 – Segurança Viária) e com boas práticas internacionais. O plano abrangerá rotas públicas e privadas, incorporando medidas de mitigação e monitoramento conforme aplicável. Isso incluirá, entre outros, procedimentos para operações rotineiras e não rotineiras, incluindo riscos relacionados ao transporte de trabalhadores dos alojamentos até as frentes de trabalho. | 9 meses após a assinatura – 3 de maio de 2026 |
| 14. | Preparação para Emergências | A Arauco irá aprimorar seu sistema de detecção e resposta a incêndios florestais, incorporando a participação comunitária em exercícios de preparação para emergências (como simulações e treinamentos). O plano atualizado definirá protocolos de comunicação com comunidades vizinhas e estabelecerá iniciativas conjuntas de preparação com atores locais. | 12 meses após a assinatura do contrato – 3 de agosto de 2026 |
| 15. | Gestão de Serviços Ecosistêmicos | A Arauco irá: (i) Desenvolver uma Avaliação de Riscos aos Serviços Ecosistêmicos para todas as áreas operacionais, com foco na dependência das comunidades em relação aos recursos hídricos, incluindo a qualidade da água superficial e subterrânea (operações da fábrica, preparo do solo etc.), bem como os potenciais impactos sobre a disponibilidade hídrica. Medidas de mitigação serão desenvolvidas conforme necessário. (ii) Instalar uma rede de piezômetros nas áreas de plantio para permitir o monitoramento contínuo das condições dos aquíferos e apoiar uma gestão sustentável dos recursos hídricos. Isso incluirá: (a) uma rede de piezômetros nas plantações já em operação; (b) áreas/plantações que serão objeto de negociação para viabilizar a operação da planta industrial. | (i) 9 meses após a assinatura do contrato – 3 de maio de 2026 (ii) (a): 15 meses após a assinatura do contrato (ii) (b): 30 meses após a assinatura do contrato |
| 16. | Avaliação de Risco de Segurança e Plano de Gestão de Segurança | A Arauco irá conduzir uma Avaliação de Riscos de Segurança e desenvolver um Plano de Gestão de Segurança alinhado ao PD 4 da IFC e ao Guia de Boas Práticas do GBM sobre o Uso de Forças de Segurança. O plano garantirá que todos os prestadores de serviços de segurança estejam contratualmente vinculados aos princípios do PD4, recebam treinamento sobre direitos humanos, prevenção de SEAH, mecanismos de queixa e monitoramento de conformidade. | 6 meses após a assinatura do contrato – 3 de agosto de 2026 |
| 17. | Aquisição de Terras: Avaliações Fundiárias | A Arauco revisará as avaliações de valoração fundiária para todos os ativos e culturas impactados pela Faixa de Servidão do ramal ferroviário e fornecerá compensações pelos bens perdidos com base no custo integral de reposição, em conformidade com os requisitos do PD5. Em caso de deslocamento físico e/ou econômico, a Arauco elaborará um Plano de Reassentamento e Restauração de Meios de Subsistência. | 3 meses após a assinatura do contrato – 3 de novembro de 2025 |

| No | Aspecto | Medida | Data de Cumprimento |
|-----|---|---|--|
| 18. | Procedimento de aquisição de terras | A Arauco irá revisar e expandir seu Procedimento de Contratação de Imóveis Rurais para garantir sua aplicabilidade a todos os componentes do Projeto, em conformidade com o PD5. O procedimento atualizado incluirá: (i) diretrizes sobre processos de desapropriação específicos para infraestrutura linear; (ii) metodologia clara de valoração de terras e ativos; (iii) medidas para evitar impactos adversos sobre Povos Indígenas e comunidades tradicionais, caso identificados durante as aquisições de terras para atividades florestais ou outros componentes do projeto; (iv) dispositivos para evitar o deslocamento físico e econômico sempre que possível; (v) requisitos para condução de diagnósticos socioeconômicos e avaliação de arranjos de posse da terra; (vi) procedimentos para identificar indivíduos e grupos afetados por deslocamento físico e/ou econômico, além dos proprietários legais; (vii) protocolos para consultas significativas e mecanismos de queixa acessíveis e culturalmente apropriados; (viii) definição clara de papéis e responsabilidades. O procedimento revisado será aplicável às aquisições de terras em andamento e futuras, incluindo aquisições de direitos de usufruto ou superfície, relacionadas ao Projeto e suas Instalações Associadas. | 3 meses após a assinatura do contrato – 3 de novembro de 2025 |
| 19. | Reassentamento e Restauração de Meios de Subsistência | A Arauco irá desenvolver um Marco de Reassentamento e Restauração de Meios de Subsistência (RLRF), consistente com o PD5, estabelecendo os princípios gerais a serem seguidos em casos de deslocamento físico e econômico associado ao Projeto Sucuriú. O RLRF definirá a necessidade de elaborar um Plano de Reassentamento e Restauração de Meios de Subsistência para manejar impactos relacionados a aquisições de terras em andamento ou futuras. Além disso, a Arauco irá fortalecer e divulgar seu mecanismo de queixas para permitir que pessoas afetadas pelas negociações de terras (incluindo arrendatários, caseiros, meeiros e usuários informais) relatem preocupações ou queixas relacionadas a negociações passadas, em andamento ou futuras. Será implementado, quando aplicável, um Programa de Assistência Social para tratar impactos residuais sobre esses grupos. | (i) 6 meses após a assinatura do contrato – 3 de fevereiro de 2026 |
| 20. | Procedimento de Mapeamento de Habitats | A Arauco irá complementar seus procedimentos de triagem voltados ao mapeamento e caracterização da vegetação, garantindo alinhamento com as definições do PD6 sobre Habitat Natural. O procedimento será aplicável à seleção de novas áreas de plantio. | 6 meses após a assinatura do contrato – 3 de agosto de 2025 |
| 21. | Avaliação de Habitat Crítico | A Arauco concluirá uma avaliação de Habitat Crítico com base na consulta a especialistas relevantes e na coleta de dados primários, conforme aplicável. | 9 meses após a assinatura do contrato – 3 de maio de 2026 |
| 22. | Plano de Gestão da Biodiversidade | A Arauco contratará profissionais qualificados para desenvolver um Plano de Gestão da Biodiversidade, abrangendo todas as ações relacionadas à biodiversidade durante as fases de construção e operação do Projeto, incluindo: (i) desenvolvimento de plano de mitigação e monitoramento para facilitar a travessia da fauna na mata ciliar do rio Sucuriú, com ênfase em primatas; (ii) identificação de pontos críticos de atropelamento de fauna e desenvolvimento de uma estratégia abrangente para mitigação; (iii) adoção de design seguro para aves de rapina na linha de transmissão de 230 kV para prevenir eletrocussões, e instalação de dispositivos espanta-pássaros para evitar colisões; (iv) implementação de um Programa de Monitoramento da Biodiversidade para verificar a eficácia das medidas de mitigação. A Arauco adaptará suas práticas com base nos resultados do monitoramento. | 9 meses após a assinatura do contrato – 3 de maio de 2026 |
| 23. | Plano de Ação para a Biodiversidade (BAP) | A Arauco contratará consultores independentes e qualificados para desenvolver um Plano de Ação para a Biodiversidade (BAP), abrangendo todos os componentes de mitigação e monitoramento relacionados ao Projeto. O BAP incluirá: (i) desenvolvimento de uma estratégia para alcançar Ausência de Perda Líquida (No Net Loss – NNL) e Ganho Líquido (Net Gain – NG), incluindo valores prioritários de biodiversidade; (ii) cálculos de perdas e ganhos e compensações propostas; (iii) um programa de compensação baseado nos princípios de equivalência (igual ou melhor), adicionalidade e permanência, com requisitos de monitoramento para assegurar sua eficácia; (iv) ações adicionais de conservação que apoiem os objetivos de conservação das Áreas Legalmente Protegidas situadas nas áreas de influência do Projeto. Arauco se engajará com as autoridades responsáveis por essas áreas para identificar ações pertinentes. | 15 meses após a assinatura do contrato – 3 de novembro de 2026 |
| 24. | Cadeia de Suprimentos | A Arauco irá aprimorar seu Sistema de Verificação de Madeira Controlada de terceiros (certificável FSC) para incluir os requisitos do PD6, com o objetivo de evitar a conversão significativa de habitats naturais e críticos. O sistema será alinhado aos requisitos do FSC e dos PDs 2 e 6, incluindo: (i) procedimentos documentados de diligência prévia; (ii) mecanismos de rastreabilidade; (iii) controles para evitar o fornecimento proveniente de áreas inaceitáveis ou de alto risco. | 6 meses após a assinatura do contrato. |
| 25. | Plano de Engajamento de Partes Interessadas | A Arauco irá desenvolver um Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) para todos os componentes do Projeto. O plano incluirá: (i) descrição da empresa; princípios, objetivos e critérios de engajamento; (ii) regulamentos locais e requisitos internacionais aplicáveis; (iii) descrição dos principais riscos e impactos sociais e ambientais; (iv) resumo das atividades de | 3 meses antes do início das operações da fábrica |

| No | Aspecto | Medida | Data de Cumprimento |
|-----|---------------------------------------|---|---|
| | | <p>engajamento já realizadas; (v) identificação, análise e priorização de partes interessadas, com foco nos grupos diretamente afetados e identificação de indivíduos e grupos vulneráveis; (vi) programa de engajamento detalhando as atividades que serão realizadas pela Arauco durante a fase de construção; (vii) descrição do mecanismo de queixas da Arauco e como será realizado o monitoramento dos mecanismos de queixa das contratadas; (viii) cronograma, recursos e responsabilidades.</p> <p>O PEPI também incluirá referências cruzadas com outros planos de gestão relevantes implementados pela empresa para gerenciar riscos e impactos E&S. O Diretor de ESG garantirá a implementação adequada do PEPI, bem como a gestão e eventual ampliação da equipe de relacionamento comunitário ao longo das fases de construção e operação do Projeto. O PEPI será atualizado para a fase operacional.</p> | |
| 26. | Mecanismo de Reclamações Comunitárias | <p>A Arauco irá aprimorar o mecanismo de queixas comunitárias para incluir: (i) procedimento de tratamento de queixas em conformidade com o PD1 da IFC; (ii) divulgação do mecanismo a todas as partes interessadas identificadas; (iii) canais adicionais para recebimento de queixas por pessoas sem acesso a tecnologia (ex.: caixas de sugestões em locais centrais, como prefeituras); (iv) análise de questões sistêmicas; (v) mecanismo de retorno às comunidades; (vi) diretrizes para resolução, resposta e coordenação com as operações; (vii) procedimentos específicos para lidar com denúncias de SEAH, com abordagem centrada na vítima, visando evitar a revitimização, apoiar as vítimas e encaminhá-las a serviços especializados de proteção à mulher e à criança devidamente mapeados na área do Projeto; (viii) instância colegiada para investigação e tomada de decisão sobre queixas, com representação mínima de mulheres; (ix) treinamento de pessoal para aplicação consistente do mecanismo, incluindo capacitação específica para lidar com denúncias de SEAH; (x) monitoramento periódico do mecanismo com KPIs definidos. O mecanismo será estendido às pessoas afetadas pelas negociações de terras.</p> | 3 meses após a assinatura do contrato: 3 de novembro de 2025. |